



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

30/11/2016

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CEMULHER.....	1
1.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	2 - 3
1.3. DESEMBARGADOR.....	4
1.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	5 - 6
2. JORNAL AQUI	
2.1. COMARCAS.....	7
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	8 - 9
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. BIBLIOTECA DO JUDICIÁRIO.....	10
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	11
5.2. AÇÕES TJMA.....	12
5.3. CONVÊNIOS.....	13
5.4. DECISÕES.....	14
5.5. INFORMATIVO.....	15 - 17
5.6. JUÍZES.....	18
5.7. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	19
5.8. VARA CRIMINAL.....	20 - 21
6. JORNAL EXTRA	
6.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	22 - 23
6.2. COMARCAS.....	24
6.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	25
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. CONVÊNIOS.....	26
7.2. DESEMBARGADOR.....	27 - 28
7.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	29
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	30
8.2. CORREGEDOR (A).....	31
8.3. DESEMBARGADOR.....	32
8.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	33
8.5. VARA CRIMINAL.....	34
8.6. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	35
9. JORNAL O PROGRESSO	
9.1. DESEMBARGADOR.....	36 - 37
9.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	38 - 40
10. JORNAL O QUARTO PODER	
10.1. JUÍZES.....	41 - 42
10.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	43 - 44
11. JORNAL PEQUENO	
11.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	45 - 46
11.2. BIBLIOTECA DO JUDICIÁRIO.....	47
11.3. DESEMBARGADOR.....	48 - 51
11.4. JUÍZES.....	52
11.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	53 - 55

Judiciário abre Semana Nacional 'Justiça pela Paz em Casa'

Aberta nesta segunda-feira (28), no Fórum de São Luís, no Calhau, a sexta edição da Semana Nacional "Justiça pela Paz em Casa", que no Maranhão é organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER) e ocorre em São Luís e no interior do Estado. Além dos processos referentes à violência doméstica contra a mulher, o mutirão inclui também julgamento no tribunal do júri e ações cíveis ou de família em que esse público é parte interessada.

Para os cinco dias do mutirão, a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís agendou 125 audiências de instrução e julgamento de processos referentes à violência de gênero. Na 3ª Vara do Tribunal do Júri da capital haverá julgamento de dois acusados de tentativa de homicídio contra a mulher, nesta terça (29) e sexta-feira (02), no Fórum de

São Luís. As sessões de júri popular começam às 9h, no salão localizado no primeiro andar do fórum. As Varas da Família também agendaram audiências de processo em que a mulher é parte interessada.

A juíza Suely de Oliveira Feitosa, respondendo pela Vara da Mulher, disse que o objetivo do mutirão é, principalmente, agilizar os processos judiciais que têm a mulher como vítima de violência. Ela explicou que a unidade judiciária incluiu na pauta dos cinco dias de atividades os processos mais antigos e aqueles com instrução já iniciada. O esforço concentrado conta com o trabalho de magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e uma equipe de servidores.

Na Vara da Mulher, as audiências estão ocorrendo, simultaneamente, em cinco salas, pela manhã e à tarde, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Além da juíza Suely Feitosa, foram designados para o mutirão também os juízes

Antônio Agenor Gomes, Gustavo Henrique Silva Medeiros, Romel Cruz Viegas e Lívia Maria da Graça Costa.

Na última edição do mutirão, realizado em agosto deste ano, foram realizadas, na capital e interior do estado, 420 audiências, julgados 228 processos e concedidas 230 medidas protetivas de urgência. Na campanha anterior (março), foram 376 audiências, julgados 298 processos e concedidas 625 medidas protetivas, conforme dados da Cemulher.

Júri - A juíza titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Kátia Coelho de Sousa Dias, incluiu na pauta da Semana "Justiça pela Paz em Casa", dois processos de tentativa de homicídio que tem a mulher como vítima. Nesta terça-feira (29), será levado a júri popular Raimundo José Correa da Silva, acusado de tentar matar com um tiro na cabeça a jovem Jaciane Oliveira Chagas, crime ocorrido em 31 de outubro de 2010. Consta nos autos, que denunciado e

vítima tinham vivido um relacionamento por seis anos, mas já estavam separados há cerca de dois anos.

No último dia do mutirão, na 3ª Vara do Júri, sentará no banco dos réus Valdemir Félix da Conceição, acusado de tentar matar a tiro sua ex-companheira Natália Maria da Conceição, por volta das 13h30 do dia 13 de outubro de 2013, na residência da vítima, no bairro Coroadinho. O motivo teria sido ciúmes que o réu tinha da vítima.

A Semana Nacional "Justiça pela Paz em Casa", idealizada pela atual presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, integra as atividades da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher - Torne o Mundo Laranja, que iniciou na no dia 18 deste mês e segue até o dia 10 de dezembro, com participação da CEMULHER-TJMA e outras instituições que integram a Rede Amiga da Mulher, organizadora do evento no Maranhão.

Consumidores podem negociar dívidas no 3º Balcão de Renegociação do Judiciário

A partir desta segunda-feira (28) até a próxima sexta-feira (2), acontece no Espaço Renascença (Rua Anapurus, 18, Jardim Renascença), o 3º Balcão de Renegociação de Dívidas, onde consumidores poderão negociar suas dívidas com 25 empresas parceiras, com benefícios que chegam a até 90% em juros e multas.



O Balcão foi aberto na manhã desta segunda (28), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e o coordenador das ações de Conciliação do Núcleo no Estado, juiz Alexandre Abreu.

O evento faz parte do projeto “Consumidor Adimplente – Cidadão com plenos Direitos”, que tem como objetivo estimular a participação de entidades públicas e privadas, com grande volume de créditos não pagos, para que estas apresentem condições favoráveis à quitação dos débitos por seus clientes, com imediata retirada de eventual restrição da dívida negociada.

Esta é a terceira edição do evento em São Luís, que já ocorreu também nas cidades de Imperatriz e Santa Inês, totalizando mais de nove mil atendimentos, representando R\$ 26 milhões de dívidas negociadas e R\$ 16 milhões em acordos.

O atendimento será feito das 8h às 12h e das 14h às 18h, alguns sem intervalo e sem a necessidade de agendamento. Participam desta edição do Balcão de Renegociação a Secretaria Estadual da Fazenda; PROCON; Câmara de Dirigentes Lojistas; Banco do

Brasil; Caixa; Bradesco; Banco Itaú; Credishop; Cemar; Caema; NET; Claro; Embratel; UniCeuma; Ótica Diniz; A Renovar; Distribuidora Nascente; Distribuidora Litoral; Alvorada Motos; Franere e mais cinco empresas que estão sendo representadas pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial do Maranhão (CBMAE).

O cliente Luiz André Silva possuía uma dívida de R\$ 49 mil com o Banco do Brasil, oriunda de empréstimos e operações financeiras. Com a renegociação, a dívida foi reduzida a R\$ 36 mil e parcelada em 60 vezes sem juros. “Desta forma, ganham os dois lados, porque o Banco receberá seu dinheiro e eu poderei retomar o meu crédito na praça”, avaliou.

CONCILIAÇÃO - O desembargador Cleones Cunha ressaltou que o brasileiro possui a cultura de desejar quitar suas dívidas, apesar da crise econômica que o país enfrenta. “Quando reunimos a participação do Judiciário, empresas e cidadãos buscando a conciliação é um sinal de que vamos vencer essa crise”, assinalou.

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, ressaltou os benefícios da renegociação de dívidas que, segundo ele, vão além dos acordos financeiros, passando pela importância de sedimentar na coletividade o sentimento conciliatório, evitando o crescimento das demandas judiciais e agilizando o tempo de resposta. “Queremos mostrar às pessoas que elas podem ser protagonistas de sua própria vida, e podem sentar para resolver pessoalmente suas dívidas com os credores”, avaliou.

O juiz Alexandre Abreu falou dos objetivos do Balcão, que partem da necessidade de atender a parcela da população que está inadimplente e necessita retomar sua condição de consumidor, além dos benefícios que os acordos trazem às empresas e ao Judiciário.

“Ganham também as empresas, que recebem recursos para garantir suas obrigações, e o Judiciário, que observa uma série de pendências sendo resolvidas sem chegarem à Justiça”, frisou.

COMO FUNCIONA – Logo na entrada, o consumidor é atendido pelo CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), detentor do cadastro do SPC, que informará a existência de pendências financeiras. Identificado algum débito, o consumidor é encaminhado para atendimento direto.

As empresas participantes estão instaladas em stands personalizados para atendimento de convidados e do público em geral, que serão atendidos por ordem de chegada, devidamente orientados, conforme a pendência a ser resolvida.

Identificada a existência de pendência, cujo credor não esteja presente, o consumidor será atendido por uma entidade de atenção e atendimento ao consumidor para tentativa de solução da pendência de forma virtual, ou para agendamento de audiência no Centro de Conciliação.

Assessoria de Comunicação do TJMA

Governador participa de abertura da 11ª Edição da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado

O governador Flávio Dino e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, deram início a 11ª Edição da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), na noite desta segunda-feira (29), no auditório do Palácio Henrique de La Rocque. Com o tema “A Conciliação e a Mediação como estratégias para a redução da litigiosidade: o protagonismo do advogado público”, o evento se estende até esta terça-feira com conferências e debates que reúnem nomes nacionais do cenário jurídico.

De acordo com o governador Flávio Dino, uma das funções fundamentais do Estado é prover o sistema de justiça eficiente, e isso cabe ao Poder Judiciário, em larga medida, mas também ao Poder Executivo, “na medida em que órgãos essenciais como a Defensoria Pública e a Procuradoria do Estado integram a estrutura do Poder Executivo, por isso que é importante para que tenhamos uma justiça mais eficiente, ágil, que todos esses órgãos agem em sintonia”.

Para Flávio Dino, o caminho para obter essa sintonia é exatamente valorizar os méto-



O governador Flávio Dino e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, deram início a 11ª Edição da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA)

dos consensuais de solução das controvérsias, que são as mediações, conciliações, os acordos para abreviar a solução dos conflitos sociais. “Uma Procuradoria equipada e qualificada é fundamental para o alcance desse intento, por isso nós fizemos concurso público para a PGE que está em fase final e, ao mesmo tempo, investimentos na capacitação, na formação, para que com isso os destinatários da função judicial do Estado possam ter um serviço de mais qualidade”, explicou.

Rodrigo Maia enfatizou que a Jornada Jurídica é um evento que já está no calendário do estado e da comunidade jurídica como um todo, sobretudo

no âmbito do debate de temas que são palpantes sobre questões que envolvem o Estado e os demais poderes, além do Executivo. “E esse ano vamos falar da mediação e conciliação e as estratégias que a PGE implementa para reduzir o nosso acervo de processos que é muito grande no Brasil como um todo. Nós temos mais de 100 milhões de processos hoje no país, e grande parte deles o poder público é parte. Vamos discutir estratégias para tentar diminuir essa demanda de processos”, pontuou o Procurador Geral.

Homenagens - Como parte integrante da 11ª Edição da Jornada Jurídica, a Procuradoria Geral do Estado concedeu

a entrega da medalha ‘28 de Novembro’ (Dia do Procurador do Estado do Maranhão), honraria máxima concedida anualmente pelo Conselho Superior da PGE/MA para personalidades que tenham prestado serviços relevantes ao órgão.

Receberam a medalha e o título de ‘Comendador da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão’ o desembargador Jamil Gedeon Neto, os procuradores Marcelo Terto e Silva, Miguel Sales Pereira Veras e o funcionário da PGE Pedro Turibe Costa Filho.

Programação - A programação oficial da XI Jornada Jurídica teve início logo após a abertura solene do evento com a palestra ‘A mediação e a conciliação no direito processual civil brasileiro’, proferida pelo desembargador do Tribunal Regional Federal, Fernando Quadros da Silva. Ainda na noite desta segunda, a “Uniformização de entendimentos jurídicos, solução de controvérsias e redução da litigiosidade. Edição de súmulas” foi debatida pelo palestrante Fábio Victor da Fonte Monnerat (Procurador Federal e Diretor da Escola da AGU – SP).

Procon consegue liminar para impedir ² fechamento de agências do Banco do Brasil

Procon consegue liminar para impedir fechamento de agências do Banco do Brasil

A Justiça Estadual deferiu, nesta terça-feira (29), liminar em ação civil pública por meio da qual o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA) requer a suspensão do fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. A ACP foi protocolada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís após decisão do Banco do Brasil de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas em todo o país, além de 379 agências serem transformadas em postos de atendimento em todo o país.

Na liminar, o juiz Douglas Martins determina o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado do Maranhão, abstando-se, ainda, de reduzi-las a postos de atendimento. Os bancos deverão

apresentar relatório evidenciando a motivação, os impactos econômicos e a adequação das mudanças ao plano de negócios e à estratégia operacional da instituição, conforme art. 16, Resolução nº 4.072, do Banco Central.

Também deverão apontar quais os serviços deixariam de ser prestados nos postos de atendimento e quais continuarão sendo oferecidos, além de informar quais providências estão sendo ou foram tomadas para não gerar impacto negativo aos consumidores e apresentar o quantitativo de funcionários, atendimentos realizados em 2016 e clientes das agências que serão reestruturadas no Estado do Maranhão. Uma audiência de conciliação também foi marcada para o dia 24 de janeiro, às 10h, quando

deverá ser tentado um acordo, conforme dispõe o Código de Processo Civil.

O Banco ainda pode ser condenado a pagar a quantia de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) em danos morais coletivos. Diante desse anúncio de suspensões do serviço, o Procon reconhece diversas afrontas aos direitos dos consumidores maranhenses. O principal deles diz respeito à alteração unilateral do contrato, ou seja, o descumprimento do serviço essencial por parte da instituição bancária, sem qualquer consulta aos correntistas das agências. Dessa maneira, o fornecedor descumpe o artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, prejudicando os usuários do serviço.

Outro fator que levou ao ingresso da ACP é o descaso

constante da instituição com os consumidores demonstrado nos relatórios das fiscalizações realizadas pelo Instituto. Somente de abril a junho de 2016, o referido banco lucrou exatamente R\$ 2,46 bilhões, comprovando que a atual crise por qual passa o país não atingiu as instituições financeiras. O lucro dos bancos, inclusive, supera o lucro de todos os outros setores da economia brasileira juntos.

Contudo, mesmo com sucessivos lucros bilionários a cada trimestre, o serviço bancário não apresenta melhorias efetivas. Diariamente, os consumidores sofrem em filas quilométricas, até mesmo fora das agências, comprovando necessidade de expansão das unidades de atendimento e a contratação de mais bancários.

ASSASSINOS EM CANA

Polícia Civil do Maranhão cumpre mandados de prisão em Santa Catarina. Assassinos mataram duas pessoas em Bacabeira e fugiram para a região Sul

A Polícia Civil, por meio da Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP), e da Delegacia Regional de Rosário, conseguiu obter êxito na prisão de Rayan-

derson Silva Cunha e José Rodrigo da Silva Viana, na cidade de Chapecó, em Santa Catarina, em cumprimento a mandado de prisão expedido pela 2ª Vara da Comarca de

Rosário. Segundo informações do delegado Guilherme dos Santos, os dois são suspeitos da tentativa de homicídio em desfavor de Adriano dos Santos Correia, mais



RAYANDERSON E JOSÉ RODRIGO FORAM CAPTURADOS EM SANTA CATARINA

conhecido como "Eto'o" e do homicídio concretizado do empresário e dono do Posto

Periz, no município de Bacabeira, todos efetivados no dia 25 de junho deste ano.



Justiça suspende fechamento de agências do Banco do Brasil no MA

A Justiça do Maranhão deferiu ontem (29), liminar em Ação Civil Pública (ACP) por meio da qual o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (PROCON-MA) pede a suspensão do fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. A Ação foi protocolada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís após decisão do Banco do Brasil (BB) de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas, além de 379 agências serem transformadas em postos de atendimento em todo o país.

No Maranhão, o Banco do Brasil anunciou o fechamento de 13 agências, sendo que cinco serão fechadas e outras oito serão transformadas em postos de atendimento.

Na liminar, o juiz titular da Vara, Douglas Martins, determina o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado, abstenendo-se, ainda, de reduzi-las a postos de atendimento.

Ainda segundo a decisão judicial, os bancos deverão apontar quais os serviços deixariam de ser prestados nos postos de atendimento e quais continuarão sendo oferecidos, além de informar quais providências estão sendo ou foram tomadas para não gerar impacto negativo aos consumidores e apresentar o quantitativo de funcionários, atendimentos realizados em 2016 e clientes das agências que serão reestruturadas no estado do Maranhão.

O Procon reconhece diversas afrontas aos direitos dos consumidores maranhenses. O principal deles diz respeito à alteração unilateral do contrato, ou

seja, o descumprimento do serviço essencial por parte da instituição bancária, sem qualquer consulta aos correntistas das agências.

Outro fator que levou ao ingresso da ACP é o descaso constante da instituição com os consumidores demonstrado nos relatórios das fiscalizações realizadas pelo Procon. Somente de abril a junho de 2016, o referido banco lucrou exatamente R\$ 2,46 bilhões, comprovando que a atual crise por qual passa o país não atingiu as instituições financeiras. O lucro dos bancos, inclusive, supera o lucro de todos os outros setores da economia brasileira juntos.

Segundo o presidente do Procon-MA e diretor dos Procons no Nordeste, Duarte Júnior, o Banco do Brasil age de forma paradoxal aos grandes lucros. "Confiamos na justiça e não aceitaremos retrocesso. Chama-se atenção para o fato de que mesmo com lucros bilionários, o Banco do Brasil prefere fechar agências do que investir na melhoria e humanização do atendimento. Temos pleno conhecimento que o princípio da livre iniciativa é essencial para a ordem econômica, assim como os direitos básicos do consumidor, ambos com previsão expressa no art. 170 da Constituição Federal/1988. Logo, vamos continuar atuando de forma técnica e não admitiremos sobreposição e retrocessos aos direitos e garantias sociais previstos constitucionalmente", afirmou.

Para o presidente do Sindicato, Eloy Natan, a decisão judicial fortalece a luta contra a reestruturação do Banco do Brasil.

redação@correiodenoticias.com



CORREIO CLIPPING

Notícias das Agências e Assessorias de Comunicação

Biblioteca “José Antonio de Almeida Silva” é inaugurada pelo TJMA

Em homenagem a um dos magistrados de maior relevância para a Justiça no Maranhão, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugurou, na terça-feira (29), a nova sede da Biblioteca do TJMA, que ganhou o nome de “Desembargador José Antonio de Almeida Silva”.

A nova sede – instalada no Solar dos Veras, na Rua do Egito, nº 144, Centro – está dividida em salas para acervo geral, com livros atuais; para obras de referência e coleções como a obra completa de Pontes de Miranda; para periódicos, contendo uma das mais antigas coleções de Revistas dos Tribunais, desde 1947; a biblioteca infantil Mundo Mágico e sala de recepção.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha fez uma homenagem de gratidão pelo grande magistrado do Maranhão, José Antonio de Almeida Silva, que ocupou todos os cargos de direção do Poder Judiciário do Maranhão e da Justiça Eleitoral do Estado. “É uma justa homenagem que se faz aquele homem, que além de ser um grande magistrado era

um grande sábio”, disse.

E destacou a importância da Biblioteca do TJMA como um lugar de sabedoria e de aprendizado. “Para o Tribunal essa biblioteca já existe há anos, mas nesse momento ela está recebendo uma roupagem nova, um espaço novo e o mais importante, recebendo um nome, em homenagem a um grande magistrado que foi o desembargador Almeida Silva”, enfatizou.

A esposa do desembargador homenageado, Elimar Figueiredo de Almeida Silva, que foi procuradora-geral de Justiça no Maranhão, declarou em discurso sentir-se extremamente feliz e agradecida por estar vivenciando com seus familiares esse momento singular de homenagem da mais alta Corte de Justiça do Estado.

“É verdade que um nome em um prédio pouco significaria se não tivesse uma destinação maior, como a desta Biblioteca, pois para os que para aqui acorrerem, virão em busca de aprimorar seus conhecimentos para mais e mais alargarem os horizontes da Justiça”, discorreu.

O desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, fez a apresentação da Biblioteca e agradeceu o empenho e sensibilidade da gestão atual do presidente Cleones Cunha e da anterior, com a desembargadora Cleonice Freire, no atendimento das reivindicações capitaneadas por Serejo.

“É uma satisfação inaugurar nesse prédio histórico, as novas instalações da biblioteca do Judiciário, com equipamentos modernos, acervo renovado e trazendo em destaque as nossas obras históricas, como o livro mais antigo, os Alvarás de Dom José I, raríssimo no cenário nacional”, frisou o desembargador Lourival.

Serejo enfatizou que hoje na nova visão, biblioteca não é mais um depósito de livros. “A biblioteca é um cenário de pesquisa de estímulo a novidades, onde se busca envolver todos o que estão a sua volta, chamando, não só esperando, provocando para que as pessoas se aproximem”, salientou.

Juízes vão parar nesta quinta-feira em apoio ao ato do STF

Os magistrados do Maranhão paralisarão as atividades nesta quinta-feira, 1º, das 13h às 14h, em apoio ao ato público que será realizado na mesma data, no Supremo Tribunal Federal (STF), em protesto à tentativa do Congresso Nacional em paralisar as investigações da Operação Lava Jato e cercear a independência do Judiciário.

A paralisação dos juízes maranhenses está sendo organizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) em apoio à mobilização nacional coordenada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

Hoje, a Diretoria Executiva da Amma reunirá a imprensa para esclarecer as consequências das ações orquestradas pelo Congresso Nacional contra a Magistratura. A entrevista está marcada para às 11h, na sede administrativa da Associação dos Magistrados, no Calhau.

De acordo com o presidente da Amma, Gervásio Santos, é um momento muito grave e sem precedentes na história republicana brasileira. “Estamos vendo uma série de ações no Congresso que visam tão somente cercear a atuação da magistratura e paralisar o Poder Judiciário”.

Segundo Gervásio, caso a pauta venha a ser aprovada, o Legislativo vai consolidar um modelo de Estado sem Judiciário, um sistema completamente desprovido das prerrogativas, de independência e autonomia.

“O Judiciário está em alerta para não permitir que setores do Congresso permaneçam pautados por ações que visam interromper as investigações de combate à corrupção e que visam atender a interesses pessoais de uma parcela de parlamentares”, ressaltou Gervásio Santos. ●

De olho

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aderiu à campanha do “Papai Noel dos Correios”. Este é o quinto ano consecutivo que magistrados e servidores do Judiciário participam da campanha.



Divulgação



O TRIBUNAL de Justiça do Estado firmou parceria com várias empresas privadas para que os servidores possam adquirir produtos e serviços com melhores preços. O Programa de Descontos e Vantagens para o Servidor do TJMA é uma iniciativa do Presidente do TJ, Desembargador Cleones, e chega em boa hora. Na foto, Cleones ladeado por Cleide Reis, diretora do ISAN; Mariana Clementino, Diretora de Recursos Humanos do TJ; Flávia Aragão, Chefe da Divisão de Direitos e Deveres-RH; Tarcizio Murta, dono dos restaurantes Gaia e Recoleta; e o publicitário e jornalista Fernando Santos, representando as empresas que atende

Município de Riachão terá de recuperar hospital

RIACHÃO - O Município de Riachão terá de recuperar e fazer manutenção do Hospital Municipal Vitorino Angeni. O Poder Judiciário proferiu uma decisão liminar na qual determina procedimento em razão da unidade apresentar risco iminente à população que dela depende. Por meio de inspeção e visitas, a promotoria constatou as deficiências do hospital. O ambiente, os equipamentos, a estrutura e os procedimentos não estão adequados, atestou a Secretaria de Estado da Saúde.

.....

Custo do ICMS pode subir no Maranhão

Tramitam no Legislativo dois projetos que aumentam de 30% para 50% a antecipação do imposto, criam multa, elevam juros e atrelam a Selic em caso de inadimplência. **POLÍTICA 3**

Dino quer aumentar imposto, alerta deputado

Projetos preveem multa, aumento de juros ao contribuinte do estado



Fotos/Ag. Assembleia

Eduardo Braide denunciou que Flávio Dino quer sobretaxar contribuinte

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O governador Flávio Dino (PCdoB) encaminhou dois projetos de lei à Assembleia Legislativa que instituem o aumento de imposto no Maranhão. Os projetos preveem criação de multa de mora, aumento de juros e cumulação com a taxa Selic, além do aumento na antecipação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 30% para 50% em todo o estado.

O alerta foi feito na sessão de ontem pelo deputado estadual Eduardo Braide (PMN), que manifestou votos contrários às propostas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa e chamou a atenção para o risco de penalização do contribuinte, agravamento da recessão e aumento do desemprego no Maranhão.

Após a manifestação de Braide, o presidente da CCJ, deputado Rafael Leitoa (PDT) retirou os textos de pauta, pediu audiência com o secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, e marcou a votação para a sessão extraordinária que ocorrerá hoje.

Os projetos, que na prática representam uma reforma do Sistema Tributário do estado, segundo Braide, apresentam ilegalidades e ferem a Constituição.

O de número 202/2016, por exemplo, que trata da multa e dos juros de mora, bem como do parcelamento de créditos de natureza não tributária [aluguel ou valor devido ao estado que não tenha relação com imposto], cria a figura da multa de mora, que até então não existe. Cria também a figura da multa de mora diária de 0,33% ao dia e que pode

TAXAÇÃO

Multa começou ainda em outubro

Em outubro o governador Flávio Dino conseguiu, com a aprovação do projeto 161/2016 iniciar a reforma do Sistema Tributário. O projeto institui mora diária de 0,33% do valor do ICMS a empresários, semelhante ao proposto agora, para débitos de natureza não tributária. Na ocasião, o deputado estadual Adriano Sarney (PV) votou contra a proposta.

chegar a 20%.

O parágrafo segundo do texto, destaca que os juros de mora serão a taxa Selic. Mas no parágrafo quinto,

amplia: “os juros de mora incidirão a partir do primeiro dia após a data do vencimento, no percentual de 1%”. Ou seja, na prática, haverá soma da multa de mora no débito, com os juros de mora –ligada à taxa Selic -, e mais 1% instituído.

“O Superior Tribunal de Justiça [STJ] já decidiu que a taxa Selic não pode ser cumulada com juros moratórios, conforme previsto no projeto encaminhado pelo Governo do Estado”, disse.

O entendimento do STJ explorado por Braide na manifestação de voto, apresenta jurisprudência com a decisão do ministro Humberto Martins, de 2012, que estabelece como inadmissível a cumulação da taxa Selic com índices de correção monetária e juros de mora.

Inconstitucional

O projeto do governador Flávio Dino também fere o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, ao propor que – em caso de dívida por parte do contribuinte -, “o pe-

dido de parcelamento importa em confissão irrevogável da dívida e renúncia da impugnação ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos”.

O texto da Constituição estabelece que “...a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

“O projeto fere a Constituição no seu artigo 5º, inciso XXXV. Quero acreditar que o governador assinou essa mensagem sem ler”, completou o parlamentar.

Braide também chamou atenção para outro trecho que compromete o projeto de lei. “Como se não bastasse, o projeto ainda prevê que o débito de natureza não tributária poderá ser inscrito em cadastros restritivos de crédito ‘no interesse da Administração Pública’ - segundo redação do projeto – dando ao Estado um amplo poder discricionário, o que pode ensejar possíveis injustiças. Afinal, o que seria esse interesse da administração pública?”, questionou.

Antecipação de ICMS é vista como confisco por Braide

Além de criar multa de mora, aumento de juros e de estabelecer a cumulação com a taxa Selic no projeto de lei 202/2016, o governador Flávio Dino (PCdoB) propôs o aumento de antecipação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 30% para 50%. A proposta é objeto do projeto de lei 204/2016.

Para o deputado Eduardo Braide, a proposta tem natureza confiscatória. “O percentual de an-

tecipação do ICMS (50%) tem verdadeira natureza confiscatória, tendo em vista que o projeto permitiria por meio de ato administrativo, uma apreensão antecipada e em patamar elevado e sem apresentar nenhuma compensação ao contribuinte. Além disso, o referido projeto revoga dispositivos do Regulamento do ICMS, que previa o recolhimento do imposto até o dia 20 do mês subsequente à operação. Uma proposta como essa preju-

dica, especialmente, os comerciantes mais vulneráveis”, afirmou.

Braide explicou que além de agravar a recessão, a medida deve aumentar o desemprego no estado, uma vez que retira do comerciante o potencial de capital de giro.

“Quem conversar com qualquer comerciante do Maranhão, especialmente os pequenos, saberá a dificuldade que esses têm encontrado de se manter em atividade e gerando empregos. E, agora, o Governo ainda vem penalizar ainda mais esses contribuintes? É inadmissível sobrecarregar ainda mais os comerciantes”, completou. ●

ESTADO MAIOR

Para todos

O deputado federal Weverton Rocha (PDT) partiu para cima de juízes e promotores durante a discussão do projeto das medidas anticorrupção.

Magistrados e membros do MP conseguiram retirar do parecer do relator Onyx Lorenzoni (DEM-RS) a previsão de crimes de responsabilidade para as categorias.

Weverton apresentou emenda reincluindo a previsão no texto. E disparou: - A lei é para todos. Ninguém está acima dela. Não é incomum ver integrantes do MP atuarem além dos limites -, avalia.

TJ inaugura 'Biblioteca José Antonio de Almeida'

O espaço no Solar dos Veras proporciona a propagação e construção do conhecimento para servidores e população

Em homenagem a um dos magistrados de maior relevância para a Justiça no Maranhão, o Tribunal de Justiça inaugurou, ontem, a nova sede da Biblioteca do TJMA, que ganhou o nome de "Desembargador José Antonio de Almeida Silva".

A nova sede – instalada no Solar dos Veras, na Rua do Egito, nº 144, Centro – está dividida em salas para acervo geral, com livros atuais; para obras de referência e coleções como a obra completa de Pontes de Miranda; para periódicos, contendo uma das mais antigas coleções de Revistas dos Tribunais, desde 1947; a biblioteca infantil Mundo Mágico e sala de recepção.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha fez uma homenagem de gratidão pelo grande magistrado do Maranhão, José Antonio de Almeida Silva, que ocupou todos os cargos de direção do Poder Judiciário do Maranhão e da Justiça Eleitoral do Estado. "É uma justa homenagem que se faz aquele homem, que além de ser um grande magistrado era um grande sábio", disse.

E destacou a importância da Biblioteca do TJMA como um lugar de sabedoria e de aprendizado. "Para o Tribunal essa biblioteca já existe há anos, mas nesse momento ela está recebendo uma roupagem nova, um espaço novo e o mais importante, recebendo um nome, em homenagem a um grande magistrado que foi o desembargador Almeida Silva", enfatizou.

A esposa do desembargador homenageado, Elimar Figueiredo de Almeida Silva, que foi procuradora-geral de Justiça no Maranhão, de-



Divulgação

Descerramento da placa marcou a inauguração da biblioteca em SL

clarou em discurso sentir-se extremamente feliz e agradecida por estar vivenciando com seus familiares esse momento singular de homenagem da mais alta Corte de Justiça do Estado.

"É verdade que um nome em um prédio pouco significaria se não tivesse uma destinação maior, como a desta Biblioteca, pois para os que para aqui acorrerem, virão em busca de aprimorar seus co-

Cleones Cunha destacou a justa homenagem

nhecimentos para mais e mais alargarem os horizontes da Justiça", discorreu.

O desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, fez a apresentação da Biblioteca e agradeceu o empenho e sensibilidade da gestão atual do presidente Cleo-

nes Cunha e da anterior, com a desembargadora Cleonice Freire, no atendimento das reivindicações capitaneadas por Serejo.

"É uma satisfação inaugurar nesse prédio histórico, as novas instalações da biblioteca do Judiciário, com equipamentos modernos, acervo renovado e trazendo em destaque as nossas obras históricas, como o livro mais antigo, os Alvarás de Dom José I, raríssimo no cenário nacional", frisou o desembargador Lourival.

Serejo enfatizou que hoje na nova visão, biblioteca não é mais um depósito de livros. "A biblioteca é um cenário de pesquisa de estímulo a novidades, onde se busca envolver todos o que estão a sua volta, chamando, não só esperando, provocando para que as pessoas se aproximem", salientou.

Durante a inauguração foram apresentados projetos desenvolvidos no setor, como o "Tempo, tempo, tempo, tempo, vou te fazer um pedido", que identifica, organiza e preserva o acervo raro do Tribunal de Justiça. ●

Foragidos da Justiça do Maranhão são presos

Prisões ocorreram nas cidades de Chapecó, Santa Catarina, e em Parnaíba, Piauí; os três tinham mandado de prisão já expedidos

Três foragidos da Justiça do Maranhão foram presos em outros estados em menos de 24 horas e dois deles foram Rayanderson Silva Cunha e José Rodrigo da Silva Viana. Eles foram detidos na tarde da última segunda-feira, na cidade de Chapecó, em Santa Catarina, e devem chegar à cidade de Rosário ainda esta semana. Segundo a polícia, os detidos são acusados de ter assassinado a tiros o empresário Reginaldo Sousa

Carvalho, de 57 anos, no dia 25 de junho deste ano, e de ter tentando matar Adriano dos Santos Correia, o Etoo, na cidade de Bacabeira.

A polícia informou que os detidos estavam morando em Chapecó e inclusive trabalhavam há cerca de cinco meses na área de construção civil na cidade. Eles possuíam mandado de prisão expedido pela comarca de

Rosário e a equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP) da Delegacia Regional de Rosário conseguiu localizar os dois criminosos, no estado de Santa Catarina.

Eles devem ser transferidos ainda esta semana para o Maranhão onde vão ficar presos na unidade prisional de Rosário à disposição da justiça. Ainda de acordo com a polícia,

os detidos são suspeitos de terem indo em uma motocicleta até o posto de combustível, em Bacabeira, onde executaram a tiros o dono desse estabelecimento comercial, Reginaldo Sousa, logo após, tomaram rumo ignorado. Eles também, na mesma cidade, neste ano, teriam atira-

do contra Adriano dos Santos.

Mais prisão

Adiel do Nascimento Silva, 49 anos, o *Boto*, foi apresentado ontem na Delegacia de Polícia Civil de Tutóia. A polícia informou que esse criminoso era foragido dessa delegacia e foi preso na segunda-feira, 28, no Assentamento Márcia Machado, no Distrito de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí (Ditalpi), zona rural da cidade de Parnaíba.

Havia três mandados de prisão contra ele expedidos pelo Poder Judiciário do Maranhão pelo crime de tráfico de drogas. O sargento da Polícia Militar do Maranhão, Fabriciane Monteiro, disse que a maioria dos foragidos da justiça procura se esconder em povoados de cidades do interior. ●

Divulgação



Rayanderson Cunha e José Viana: acusados de matar empresário

Juízes fazem paralisação de apoio aos magistrados do STF na hora do “bandeco”

PÁGINA 3

LASCOU GERAL

Juízes fazem paralisação de apoio ao STF na hora do “bandeco”

Os magistrados do Maranhão paralisarão as atividades nesta quinta-feira (1º), das 13h às 14h, em apoio ao ato público que será realizado na mesma data, no Supremo Tribunal Federal (STF), em protesto à tentativa do Congresso Nacional em paralisar as investigações da Operação ‘Lava-Jato’ e cercear a independência do Judiciário. A paralisação dos juízes maranhenses está sendo organizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) em apoio à mobilização nacional coordenada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

Nesta quarta-feira (30), a Diretoria Executiva da AMMA reunirá a imprensa para esclarecer as consequências das ações orquestradas pelo Congresso Nacional contra a Magistratura. A entrevista está marcada para às 11h, na sede administrativa da Associação dos Magistrados, no Calhau.

De acordo com o presi-



O Tribunal de Justiça ficará vazio nesta quinta-feira com protesto de juízes na hora do bandeco

dente da AMMA, Gervásio Santos, é um momento muito grave e sem precedentes na história republicana brasileira. “Estamos vendo uma série de ações no Congresso que visam tão somente cercear a atuação da magistratura e paralisar o Poder Judiciário”.

Segundo Gervásio, caso a pauta venha a ser aprovada, o Legislativo vai consolidar um modelo de Estado sem Judiciário, um sistema completamente desprovido das prerrogativas, de independência e autonomia.

“O Judiciário está em aler-

ta para não permitir que setores do Congresso permaneçam pautados por ações que visam interromper as investigações de combate à corrupção e que visam atender a interesses pessoais de uma parcela de parlamentares”, ressaltou Gervásio.

Preso dupla suspeita de executar dono de posto de combustível

Polícia localiza e prende em Chapecó, Santa Catarina, os dois suspeitos, Rayanderson Silva Cunha e José Rodrigo da Silva Viana, em cumprimento a um mandado de prisão

expedido pela comarca de Rosário. Os dois que estavam morando na cidade catarinense a cerca de cinco meses e trabalhando na área de construção civil, foram localizados

Procon impede fechamento de agências do Banco do Brasil

A Justiça deferiu, nesta terça-feira (29), liminar em ação civil pública por meio da qual o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA) requer a suspensão do fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. A ACP foi protocolada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís após decisão do Banco do Brasil de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas, além de 379 agências serem trans-

formadas em postos de atendimento em todo o país.

Na liminar, o magistrado titular da Vara, Douglas Martins, determina o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado do Maranhão, abstendo-se, ainda, de reduzi-las a postos de atendimento. Os bancos deverão apresentar relatório evidenciando a motivação, os impactos econômicos e a adequação das mudanças ao plano de negócios e à estratégia operacional da instituição,

conforme art. 16, Resolução nº 4.072, do Banco Central.

Também deverão apontar quais os serviços deixariam de ser prestados nos postos de atendimento e quais continuarão sendo oferecidos, além de informar quais providências estão sendo ou foram tomadas para não gerar impacto negativo aos consumidores e apresentar o quantitativo de funcionários, atendimentos realizados em 2016 e clientes das agências que serão reestruturadas no

Estado do Maranhão. Uma audiência de conciliação também foi marcada para o dia 24 de janeiro, às 10h, quando deverá ser tentado um acordo, conforme dispõe o Código de Processo Civil.

O Banco ainda pode ser condenado a pagar a quantia de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) em danos morais coletivos. Diante desse anúncio de suspensões do serviço, o Procon reconhece diversas afrontas aos direitos dos consumidores maranhenses.

AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES

Convênio entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Secretária de Estado de Segurança Pública, assinado nesta terça-feira (29), vai garantir a aquisição de munições "treina", a serem utilizadas pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) na realização de cursos de capacitação em segurança institucional para magistrados. O documento foi assinado pelos desembargadores Cleones Cunha (presidente do TJMA), Jamil Gedeon (diretor da Esmam), Raimundo Barros (presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA), pelo secretário Jefferson Portela, titular da Segurança Pública, e Lwarence Melo Pereira, delegado-geral da Polícia Civil do Maranhão. As munições serão utilizadas na disciplina de 'Tiro Defensivo', que compõe a grade curricular do curso de segurança institucional. Elas serão adquiridas pela Secretaria de Segurança Pública com recursos repassados pelo Tribunal de Justiça oriundos do Funseg. Até agora, estão previstos seis cursos para o ano de 2017.

Governador participa de abertura da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado do MA

Pag. 03



Governador participa de abertura da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado

Com o tema "A Conciliação e a Mediação como estratégias para a redução da litigiosidade: o protagonismo do advogado público", o evento se estende até esta terça-feira com conferências e debates que reúnem nomes nacionais do cenário jurídico



Flávio Dino disse que uma das funções fundamentais do Estado é prover o sistema de justiça eficiente

O governador Flávio Dino e o Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, deram início a 11ª Edição da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), na noite de ontem (29), no auditório do Palácio Henrique de La Rocque. Com o tema "A Conciliação e a Mediação como estratégias para a redução da litigiosidade: o protagonismo do advogado público", o evento se estende até esta terça-feira com conferências e debates que reúnem nomes nacionais do cenário jurídico.

De acordo com o governador Flávio Dino, uma das funções fundamentais do Estado é prover o sistema de justiça eficiente, e isso cabe ao Poder Judiciário, em larga medida, mas

também ao Poder Executivo, "na medida em que órgãos essenciais como a Defensoria Pública e a Procuradoria do Estado integram a estrutura do Poder Executivo, por isso que é importante para que tenhamos uma justiça mais eficiente, ágil, que todos esses órgãos agem em sintonia".

Para Flávio Dino, o caminho para obter essa sintonia é exatamente valorizar os métodos consensuais de solução das controvérsias, que são as mediações, conciliações, os acordos para abreviar a solução dos conflitos sociais. "Uma Procuradoria equipada e qualificada é fundamental para o alcance desse intento, por isso nós fizemos concurso público para a PGE que está em fase final e, ao

mesmo tempo, investimentos na capacitação, na formação, para que com isso os destinatários da função judicial do Estado possam ter um serviço de mais qualidade", explicou.

Rodrigo Maia enfatizou que a Jornada Jurídica é um evento que já está no calendário do estado e da comunidade jurídica como um todo, sobretudo no âmbito do debate de temas que são palpantes sobre questões que envolvem o Estado e os demais poderes, além do Executivo. "E esse ano vamos falar da mediação e conciliação e as estratégias que a PGE implementa para reduzir o nosso acervo de processos que é muito grande no Brasil como um todo. Nós temos mais de 100 milhões de processos hoje no país, e

grande parte deles o poder público é parte. Vamos discutir estratégias para tentar diminuir essa demanda de processos", pontuou o Procurador Geral.

HOMENAGENS - Como parte integrante da XI Edição da Jornada Jurídica, a Procuradoria Geral do Estado concedeu a entrega da medalha '28 de Novembro' (Dia do Procurador do Estado do Maranhão), honraria máxima concedida anualmente pelo Conselho Superior da PGE/MA para personalidades que tenham prestado serviços relevantes ao órgão.

Receberam a medalha e o título de 'Comendador da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão' o desembargador Jamil Gedeon Neto, os procuradores Marcelo Terto e Silva, Miguel Sales Pereira Veras e o funcionário da PGE Pedro Turibe Costa Filho.

PROGRAMAÇÃO - A programação oficial da 11ª Jornada Jurídica teve início logo após a abertura solene do evento com a palestra 'A mediação e a conciliação no direito processual civil brasileiro', proferida pelo desembargador do Tribunal Regional Federal, Fernando Quadros da Silva. Ainda na noite desta segunda, a "Uniformização de entendimentos jurídicos, solução de controvérsias e redução da litigiosidade. Edição de súmulas" foi debatida pelo palestrante Fábio Victor da Fonte Monnerat (Procurador Federal e Diretor da Escola da AGU - SP).

BANCO DO BRASIL

Governo consegue liminar para impedir fechamento de agências

A Justiça Estadual deferiu, ontem (29), liminar em ação civil pública por meio da qual o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA) requer a suspensão do fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. A ACP foi protocolada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís após decisão do Banco do Brasil de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas em todo o país, além de 379 agências serem transformadas em postos de atendimento em todo o país.

Na liminar, o juiz Douglas Martins determina o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado do Maranhão, abstendo-se, ainda, de reduzi-las a postos de atendimento. Os bancos deverão

apresentar relatório evidenciando a motivação, os impactos econômicos e a adequação das mudanças ao plano de negócios e à estratégia operacional da instituição, conforme art. 16, Resolução nº 4.072, do Banco Central.

Também deverão apontar quais os serviços deixariam de ser prestados nos postos de atendimento e quais continuarão sendo oferecidos, além de informar quais providências estão sendo ou foram tomadas para não gerar impacto negativo aos consumidores e apresentar o quantitativo de funcionários, atendimentos realizados em 2016 e clientes das agências que serão reestruturadas no Estado do Maranhão. Uma audiência de conciliação também foi marcada para o dia 24 de janeiro, às 10h, quando

deverá ser tentado um acordo, conforme dispõe o Código de Processo Civil.

O Banco ainda pode ser condenado a pagar a quantia de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) em danos morais coletivos. Diante desse anúncio de suspensões do serviço, o Procon reconhece diversas afrontas aos direitos dos consumidores maranhenses. O principal deles diz respeito à alteração unilateral do contrato, ou seja, o descumprimento do serviço essencial por parte da instituição bancária, sem qualquer consulta aos correntistas das agências. Dessa maneira, o fornecedor descumpre o artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, prejudicando os usuários do serviço.

Outro fator que levou ao ingresso da ACP é o descaso

constante da instituição com os consumidores demonstrado nos relatórios das fiscalizações realizadas pelo Instituto. Somente de abril a junho de 2016, o referido banco lucrou exatamente R\$ 2,46 bilhões, comprovando que a atual crise por qual passa o país não atingiu as instituições financeiras. O lucro dos bancos, inclusive, supera o lucro de todos os outros setores da economia brasileira juntos.

Contudo, mesmo com sucessivos lucros bilionários a cada trimestre, o serviço bancário não apresenta melhorias efetivas. Diariamente, os consumidores sofrem em filas quilométricas, até mesmo fora das agências, comprovando necessidade de expansão das unidades de atendimento e a contratação de mais bancários.

Contra retaliações

A Associação dos Magistrados do Maranhão realiza hoje, às 11h, uma coletiva de imprensa, em sua sede administrativa, na Avenida Luís Eduardo Magalhães, Calhau. Na ocasião, o presidente e o 2º vice-presidente, juízes Gervásio Santos e Angelo Alencar, anunciarão as ações que serão deflagradas em todo o país contra as retaliações do Legislativo que visam cercear o Judiciário e paralisar as investigações da 'Lava-Jato'. Dentre as ações, destacam-se a suspensão, por um dia, das atividades dos magistrados em suas comarcas e o ato público que acontecerá amanhã (1º), no STF, com a presença de magistrados do Maranhão.

Eleição da Comissão Executiva de Corregedores-Gerais 1

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, foi eleita para compor a nova Comissão Executiva do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE). A eleição aconteceu, por aclamação, ao final do 73º Encoge – Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça, realizado em São Paulo (SP).



Eleição da Comissão Executiva de Corregedores-Gerais 2

A nova composição do Colégio será formada pelos desembargadores Manoel de Queiroz Pereira Calças (TJSP) como presidente; desembargador André Leite Praça (TJMG), vice-presidente; desembargador José Cruz Macedo (TJDF), 2º vice-presidente; e a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, como secretária-geral. O corregedor-geral do Espírito Santo, desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza, foi conduzido ao cargo de tesoureiro. O mandato dos eleitos tem a duração de um ano.



Jornada Jurídica reúne procuradores do estado

Com o tema “A Conciliação e a Mediação como estratégias para a redução da litigiosidade: o protagonismo do advogado público” foi aberta na última segunda-feira (28), a 11ª Edição da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado, no auditório do Palácio Henrique de La Roche. O evento, que contou com a presença do governador Flávio Dino e do procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, encerrou-se ontem com conferências e debates que reuniram nomes nacionais do cenário jurídico. Como parte integrante da XI Edição da Jornada Jurídica, a Procuradoria Geral do Estado concedeu a entrega da medalha ‘28 de Novembro’ (Dia do Procurador do Estado do Maranhão), honraria máxima concedida anualmente pelo Conselho Superior da PGE/MA para personalidades que tenham prestado serviços relevantes ao órgão. Receberam a medalha e o título de ‘Comendador da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão’ o desembargador Jamil Gedeon Neto, os procuradores Marcelo Terto e Silva, Miguel Sales Pereira Veras e o funcionário da PGE Pedro Turibe Costa Filho.

2º Juizado Criminal abre inscrições

Estão abertas, no 2º Juizado Especial Criminal de São Luís (Avenida Casemiro Júnior, nº 260, Anil), as inscrições em "seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo e transações penais" realizadas no Juizado. O encerramento das inscrições será dia 23 de dezembro.

Foragidos são presos no Sul

Polícia Civil do Maranhão cumpre mandados de prisão em Santa Catarina. Um dos capturados é acusado de matar empresário em Bacabeira

FOTOS: DIVULGAÇÃO

A Polícia Civil, por meio da Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP), e da Delegacia Regional de Rosário, conseguiu obter êxito na prisão de Rayanderson Silva Cunha e José Rodrigo da Silva Viana, na cidade de Chapecó, em Santa Catarina, em cumprimento a mandado de prisão expedido pela 2ª Vara da Comarca de Rosário. Segundo informações do delegado Guilherme dos Santos, os dois são suspeitos da tenta-



Rayanderson e José Rodrigo foram capturados em Santa Catarina. Eles são acusados da prática de crimes

tiva de homicídio em desfavor de Adriano dos Santos Correia, mais conhecido como “Eto’o” e do homicídio concretizado do empresário e dono do Posto Periz, no município de Bacabeira, todos efetivados no dia 25 de junho deste ano.

Mais prisão

No Rio de Janeiro, agentes

da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança prenderam, ontem (29) Francisco Davi Santos Lima, foragido da justiça do Maranhão. Ele é suspeito de assassinar o professor de italiano Antônio Fernandes da Silva, em São Luís. O professor desapareceu no dia 13 de setembro de 2015 quando avisou para familiares que

iria dar aula. O corpo de Antônio foi encontrado quatro dias depois na praia do Araçagi, na região metropolitana.

Francisco foi preso à tarde em uma casa na localidade de Santa Margarida, em Cosmos, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A ação se deu em auxílio a uma investigação da Inteligência do Estado do Maranhão.



de junho, data
do homicídio

PROCON/MA

BB é impedido de fechar agências em SL

A Justiça deferiu ontem liminar em ação civil pública por meio da qual o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA) requer a suspensão do fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. A ACP foi protocolada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís após decisão do Banco do Brasil de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas, além de 379 agências serem transformadas em postos de atendimento em todo o país.

Na liminar, o magistrado titular da Vara, Douglas Martins, determina o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado do Maranhão, abstendo-se, ainda, de reduzi-las a postos de atendimento. Os bancos deverão apresentar relatório evidenciando a motivação, os impactos econômicos e a adequação das mudanças ao plano de negócios e à estratégia operacional da instituição, conforme art. 16, Resolução nº 4.072, do Banco Central.

Também deverão apontar quais serviços deixariam de ser

prestados nos postos de atendimento e quais continuarão sendo oferecidos, além de informar quais providências estão sendo ou foram tomadas para não gerar impacto negativo aos consumidores e apresentar o quantitativo de funcionários, atendimentos realizados em 2016 e clientes das agências que serão reestruturadas no Estado do Maranhão. Uma audiência de conciliação também foi marcada para o dia 24 de janeiro, às 10h, quando deverá ser tentado um acordo, conforme dispõe o Código de Pro-

cesso Civil.

O Banco ainda pode ser condenado a pagar a quantia de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) em danos morais coletivos. Diante desse anúncio de suspensões do serviço, o Procon reconhece diversas afrontas aos direitos dos consumidores maranhenses. O principal deles diz respeito à alteração unilateral do contrato, ou seja, o descumprimento do serviço essencial por parte da instituição bancária, sem qualquer consulta aos correntistas das agências.

Governador participa de abertura da 11ª Edição da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado



Gilson Teixeira/Secap

O governador Flávio Dino e o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia, deram início à 11ª Edição da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), na noite dessa segunda-feira (29), no auditório do Palácio Henrique de La Rocque. Com o tema “A Conciliação e a Mediação como estratégias para a redução da litigiosidade: o protagonismo do advogado público”, o evento se estendeu até essa terça-feira com conferências e debates que reuniram nomes nacionais do cenário jurídico.

De acordo com o governador Flávio Dino, uma das funções fundamentais do Estado é prover o sistema de justiça eficiente, e isso cabe ao Poder Judiciário, em larga medida, mas também ao Poder Executivo, “na medida em que órgãos essenciais como a Defensoria Pública e a Procuradoria do Estado integram a estrutura do Poder Executivo, por isso que

é importante para que tenhamos uma justiça mais eficiente, ágil, que todos esses órgãos agem em sintonia”.

Para Flávio Dino, o caminho para obter essa sintonia é exatamente valorizar os métodos consensuais de solução das controvérsias, que são as mediações, conciliações, os acordos para abreviar a solução dos conflitos sociais. “Uma Procuradoria equipada e qualificada é fundamental para o alcance desse intento, por isso nós fizemos concurso público para a PGE que está em fase final e, ao mesmo tempo, investimentos na capacitação, na formação, para que com isso os destinatários da função judicial do Estado possam ter um serviço de mais qualidade”, explicou.

Rodrigo Maia enfatizou que a Jornada Jurídica é um evento que já está no calendário do estado e da comunidade jurídica como um todo, sobretudo no âmbito do debate de temas

que são palpitantes sobre questões que envolvem o Estado e os demais poderes, além do Executivo. “É esse ano vamos falar da mediação e conciliação e as estratégias que a PGE implementa para reduzir o nosso acervo de processos que é muito grande no Brasil como um todo. Nós temos mais de 100 milhões de processos hoje no país, e grande parte deles o poder público é parte. Vamos discutir estratégias para tentar diminuir essa demanda de processos”, pontuou o Procurador Geral.

Homenagens

Como parte integrante da 11ª Edição da Jornada Jurídica, a Procuradoria Geral do Estado concedeu a entrega da medalha '28 de Novembro' (Dia do Procurador do Estado do Maranhão), honraria máxima concedida anualmente pelo Conselho Superior da PGE/MA para personalidades que tenham prestado serviços relevantes ao órgão.

Receberam a medalha e o título de 'Comendador da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão' o desembargador Jamil Gedeon Neto, os procuradores Marcelo Terto e Silva, Miguel Sales Pereira Veras e o funcionário da PGE Pedro Turibe Costa Filho.

Programação - A programação oficial da XI Jornada Jurídica teve início logo após a abertura solene do evento com a palestra 'A mediação e a conciliação no direito processual civil brasileiro', proferida pelo desembargador do Tribunal Regional Federal, Fernando Quadros da Silva. Ainda na noite dessa segunda, a “Uniformização de entendimentos jurídicos, solução de controvérsias e redução da litigiosidade. Edição de súmulas” foi debatida pelo palestrante Fábio Victor da Fonte Monnerat (Procurador Federal e Diretor da Escola da AGU – SP).

PROCON/MA consegue liminar para impedir fechamento de agências do Banco do Brasil

Divulgação



Presidente do PROCON/MA, Duarte Júnior, com o juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís, Douglas Martins

A Justiça deferiu, nessa terça-feira (29), liminar em ação civil pública por meio da qual o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (PROCON/MA) requer a suspensão do fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. A ACP foi protocolada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís após decisão do Banco do Brasil de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas, além de 379 agências serem transformadas em postos de atendimento em todo o país.

Na liminar, o magistrado titular da Vara, Douglas Martins, determina o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado do Maranhão, abstendo-se, ainda, de reduzi-las a postos de atendimento. Os bancos deverão apresentar relatório evidenciando a motivação, os impactos econômicos e a adequação das mudanças ao plano de negócios e à estratégia operacional da instituição, conforme art. 16, Resolução nº 4.072, do Banco Central.

Também deverão apontar quais os serviços deixariam de ser prestados nos postos de atendimento e quais continuarão sendo oferecidos, além de informar quais providências estão sendo ou foram tomadas para não gerar impacto negativo aos consumidores e apresentar o quantitativo de funcionários, atendimentos realizados em 2016 e clientes das agências que serão reestruturadas no Estado do Maranhão. Uma audiência de conciliação também foi marcada para o dia 24 de janeiro, às 10h, quando deverá ser tentado um acordo, conforme dispõe o Código de Processo Civil.

O Banco ainda pode ser condenado a pagar a quantia de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) em danos morais coletivos. Diante desse anúncio de suspensões do serviço, o PROCON reconhece diversas afrontas aos direitos dos consumidores maranhenses. O principal deles diz respeito à alteração unilateral do contrato, ou seja, o descumprimento do serviço essencial por parte da instituição bancária, sem qualquer consulta aos correntistas das agências. Dessa maneira, o fornecedor descumpre o artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, prejudicando os usuários do serviço.

Outro fator que levou ao ingresso da ACP é o descaso constante da instituição com os consumidores demonstrado nos relatórios das fiscalizações realizadas pelo PROCON. Somente de abril a junho de 2016, o referido banco lucrou exatamente R\$ 2,46 bilhões, comprovando que a atual crise por qual passa o país não atingiu as instituições financeiras. O lucro dos bancos, inclusive, supera o lucro de todos os outros setores da economia brasileira juntos.

Contudo, mesmo com sucessivos lucros bilionários a cada trimestre, o serviço bancário não apresenta melhorias efetivas. Diariamente, os consumidores sofrem em filas quilométricas, até mesmo fora das agências, comprovando necessidade de expansão das unidades de atendimento e a contratação de mais bancários.

direitos e garantias sociais previstos constitucionalmente", afirma.

O Procon/MA reforça o fato de ter intensificado as fiscalizações no ano de 2016, realizando, semanalmente, vistorias nos bancos em todo o Maranhão. Por conta de infrações como demora no atendimento, falta de dinheiro em caixas eletrônicos, entre outras, o Procon multou somente as agências bancárias que serão fechadas, em um total de R\$ 472 mil, nos anos de 2015 e 2016. Dentro deste valor, R\$ 62 mil foram aplicados a agência de Imperatriz, R\$ 10 mil à agência de Açailândia, R\$ 390 mil à agência São Luís na Deodoro, mais de R\$ 2 mil à agência do Anjo da Guarda e R\$ 5 mil à agência do Anil.

Diante do relatório de fiscalização apresentado pelo órgão, é contraditório acreditar que o consumidor maranhense não será afetado com o fechamento de agências, que são inclusive utilizadas para recebimento de benefícios sociais. Como justificativa dessa ação, o Banco do Brasil, informa que a instituição tem o objetivo de economizar e investir em atendimentos virtuais, abrindo 255 agências digitais em 2017.

Entretanto, considerando a realidade maranhense, o investimento apenas em canais digitais, como sugere o banco, não é suficiente para a garantia do atendimento bancário, que deveria ser utilizado como alternativa e não ferramenta principal. Segundo dados fornecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, o Maranhão é o estado da federação com o menor acesso à internet, apenas 9,8% dos domicílios têm acesso ao serviço.

O presidente destaca, ainda, que o fechamento das agências bancárias acarreta mais custos aos consumidores, que terão de arcar com grandes deslocamentos para utilizar o serviço, assim como a economia local será afetada, principalmente nos municípios do interior do estado, onde não existe grande quantidade de agências à disposição e o dinheiro em espécie ainda é mais utilizado que cartões de débito ou crédito.

Tais argumentações, aliada ao fato de semanalmente serem aplicadas dezenas de sanções em bancos pelo Procon Maranhão, leva a conclusão de que fechar agências e diminuir o corpo de funcionários não é a solução para o problema no estado. (*Assessoria/Procon*)

Atos contraditórios

Segundo o presidente do Procon/MA e diretor dos Procons Nordeste, Duarte Júnior, o Banco do Brasil age de forma paradoxal aos grandes lucros. "Confiamos na justiça e não aceitaremos retrocesso. Chama-se atenção para o fato de que mesmo com lucros bilionários, o Banco do Brasil prefere fechar agências do que investir na melhoria e humanização do atendimento. Temos pleno conhecimento que o princípio da livre iniciativa é essencial para a ordem econômica, assim como os direitos básicos do consumidor, ambos com previsão expressa no art. 170 da Constituição Federal/1988. Logo, vamos continuar atuando de forma técnica e não admitiremos sobreposição e retrocessos aos

Município de São José dos Basílios tem 100% de recursos do FUNDEB bloqueados pela Justiça

Uma decisão assinada pelo juiz Bernardo de Melo Freire, titular da Joselândia, determinou o bloqueio de 100% do repasse do FUNDEB do Município de São José dos Basílios, termo judiciário da comarca. **Página 2**

Município de São José dos Basílios tem 100% de recursos do FUNDEB bloqueados pela Justiça

Uma decisão assinada pelo juiz Bernardo de Melo Freire, titular da Joselândia, determinou o bloqueio de 100% do repasse do FUNDEB do Município de São José dos Basílios, termo judiciário da comarca. Consta que em decisão anterior, na qual ficou determinada a retenção de 60% (sessenta por cento) das verbas provenientes do FPM, FUS e FUNDEB, não foi suficiente para que os salários fossem colocados em dia, no que pertine ao pessoal ligado à educação. De acordo com a decisão da Justiça, o Ministério Público afirmou que a folha de pagamento do FUNDEB é superior aos 60% bloqueados pelo Judiciário, sendo, verdade, correspondente a quase 100% (cem por cento) do valor recebido

a título de repasse do FUNDEB. Os requeridos são o Município e o Prefeito Francisco Walter de Sousa.

No pedido, relata que o Município não teria despesas suficientes relativas a custeio que abarcasse os 40% (quarenta por cento) não bloqueados, ficando tal verba sem uso mais importante neste momento, o qual seria colocar os salários dos servidores em dia. Ao final, pede o MP a alteração da tutela antecipada concedida no sentido de bloquear 100% (cem por cento) das verbas do FUNDEB, creditados nas contas pertencentes ao município de São José dos Basílios, a fim de possibilitar o pagamento dos servidores municipais da educação que estão em atraso, tendo em

vista que as demais áreas estão com salários em dia. O pedido veio acompanhado da demonstração da insuficiência do bloqueio de 60% (sessenta por cento).

“Através do presente pleito pretende o autor o bloqueio de 100% das contas municipais referentes ao FUNDEB, a fim de que seja efetuado o pagamento dos servidores municipais ligados à educação em atraso. Isso porque, nas demais áreas, os salários encontram-se em dia, estando em aberto apenas o mês de Novembro de 2016, o qual ainda não terminou. Percebe-se, portanto, que apenas quanto aos servidores ligados ao FUNDEB subsiste a mora no pagamento dos salários, sendo imprescindível atitude mais drástica do que aquela

tomada em decisão desta unidade judicial em 24 de outubro de 2016”, relata o magistrado ao decidir.

Para o juiz, restou demonstrada a presença dos requisitos autorizadores da medida cautelar pleiteada pois, de fato, demonstrado o recebimento de recursos pelo Município de São José dos Basílios relativos aos repasses constitucionais a que faz jus, sendo o valor da folha muito aproximado ao valor total depositado pelo FUNDEB. “Ora, não há dúvidas de que a conta não fecha, pois não deveria a folha de pagamento dos servidores da educação ser tão vultosa a ponto de usar todas as verbas e, mesmo assim, não ser suficiente para adimplir os salários”, destacou Bernardo Freire.

BANCO DO BRASIL

Governo consegue liminar para impedir fechamento de agências



A Justiça Estadual deferiu, nesta terça-feira (29), liminar em ação civil pública por meio da qual o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA) requer a suspensão do fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. AACP foi protocolada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís após decisão do Banco do Brasil de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas em todo o país, além de 379 agências serem transformadas em postos de atendimento em todo o país. **Página - 5**

Banco do Brasil

Governo consegue liminar para impedir fechamento de agências

A Justiça Estadual deferiu, nesta terça-feira (29), liminar em ação civil pública por meio da qual o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA) requer a suspensão do fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. A ACP foi protocolada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos em São Luís após decisão do Banco do Brasil de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas em todo o país, além de 379 agências serem transformadas em postos de atendimento em todo o país.

Na liminar, o juiz Douglas Martins determina o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado do Maranhão, abstendo-se, ainda, de reduzi-las a postos de atendimento. Os bancos deverão apresentar relatório evidenciando a motivação, os impactos econômicos e a adequação das mudanças ao plano de negócios e à estratégia operacional da instituição, conforme art. 16, Resolução nº 4.072, do Banco Central.

Também deverão apontar quais os serviços deixariam de ser prestados nos postos de atendimento e quais continuarão sendo oferecidos, além de informar quais providências estão sendo ou foram tomadas para não gerar impacto ne-



Presidente do Procon, Duarte Júnior, protocola ACP contra fechamento de agências do Banco do Brasil

gativo aos consumidores e apresentar o quantitativo de funcionários, atendimentos realizados em 2016 e clientes das agências que serão reestruturadas no Estado do Maranhão. Uma audiência de conciliação também foi marcada para o dia 24 de janeiro, às 10h, quando deverá ser tentado um acordo, conforme dispõe o Código de Processo Civil.

O Banco ainda pode ser condenado a pagar a quantia de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) em danos morais coletivos. Diante desse anúncio de suspensões do serviço, o Procon reconhece diversas afrontas aos direitos dos consumidores maranhenses. O principal deles diz respeito à alteração unilateral do contrato, ou seja, o

descumprimento do serviço essencial por parte da instituição bancária, sem qualquer consulta aos correntistas das agências. Dessa maneira, o fornecedor descumpre o artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, prejudicando os usuários do serviço.

Outro fator que levou ao ingresso da ACP é o descaso constante da instituição com os consumidores demonstrado nos relatórios das fiscalizações realizadas pelo Instituto. Somente de abril a junho de 2016, o referido banco lucrava exatamente R\$ 2,46 bilhões, comprovando que a atual crise por qual passa o país não atingiu as instituições financeiras. O lucro dos bancos, inclusive, supera o lucro de todos

os outros setores da economia brasileira juntos.

Contudo, mesmo com sucessivos lucros bilionários a cada trimestre, o serviço bancário não apresenta melhorias efetivas. Diariamente, os consumidores sofrem em filas quilométricas, até mesmo fora das agências, comprovando necessidade de expansão das unidades de atendimento e a contratação de mais bancários.

Atos contraditórios

Segundo o presidente do Procon/MA e diretor dos Procons Nordeste, Duarte Júnior, o Banco do Brasil age de forma paradoxal aos grandes lucros. “Confiamos na justiça e não aceitaremos retrocesso. Chama-se atenção para o fato de que mesmo com lucros bilionários, o Banco do Brasil prefere fechar agências do que investir na melhoria e humanização do atendimento. Temos pleno conhecimento que o princípio da livre iniciativa é essencial para a ordem econômica, assim como os direitos básicos do consumidor, ambos com previsão expressa no art. 170 da Constituição Federal/1988. Logo, vamos continuar atuando de forma técnica e não admitiremos sobreposição e retrocessos aos direitos e garantias sociais previstos constitucionalmente”, afirma.

Juízes vão parar em apoio ao ato da Magistratura no STF

PÁG. 4 [C1]

Juízes vão parar nesta quinta-feira em apoio ao ato da Magistratura no STF

Os magistrados do Maranhão paralisarão as atividades nesta quinta-feira (1º), das 13h às 14h, em apoio ao ato público que será realizado na mesma data, no Supremo Tribunal Federal (STF), em protesto à tentativa do Congresso Nacional em paralisar as investigações da Operação 'Lava Jato' e cercear a independência do Judiciário.

A paralisação dos juízes maranhenses está sendo organizada pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) em apoio à mobilização nacional coordenada pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

Hoje (30), a Diretoria Executiva da AMMA reunirá a imprensa para esclarecer as consequências das ações orquestradas pelo Congresso Nacional contra a Magistratura. A entrevista está marcada para às 11h, na sede administrativa da Associação dos Magistrados, no Calhau.

De acordo com o presidente da AMMA, Gervásio Santos, é um momento muito grave e sem precedentes na história republicana

brasileira. "Estamos vendo uma série de ações no Congresso que visam tão somente cercear a atuação da magistratura e paralisar o Poder Judiciário".

Segundo Gervásio, caso a pauta venha a ser aprovada, o Legislativo vai consolidar um modelo de Estado sem Judiciário, um sistema completamente desprovido das prerrogativas, de independência e autonomia.

"O Judiciário está em alerta para não permitir que setores do Congresso permaneçam pautados por ações que visam interromper as investigações de combate à corrupção e que visam atender a interesses pessoais de uma parcela de parlamentares", ressaltou.

Inauguração de Biblioteca

Em homenagem a um dos magistrados de grande relevância para a Justiça no Maranhão, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugurou, nessa terça-feira (29), a nova sede da Biblioteca do TJMA, que ganhou o nome de “Desembargador José Antonio de Almeida Silva”. A nova sede – instalada no Solar dos Veras, na Rua do Egito, nº 144, Centro – está dividida em salas para acervo geral, com livros atuais; para obras de referência e coleções como a obra completa de Pontes de Miranda; para periódicos, contendo uma das mais antigas coleções de Revistas dos Tribunais, desde 1947; a biblioteca infantil Mundo Mágico e sala de recepção. O presidente do TJMA,

desembargador Cleones Cunha, fez uma homenagem de gratidão pelo magistrado, que ocupou todos os cargos de direção do Poder Judiciário do Maranhão e da Justiça Eleitoral do Estado. “É uma justa homenagem que se faz àquele homem, que, além de ser um grande magistrado, era um grande sábio”, disse. E destacou a importância da Biblioteca do TJMA como um lugar de sabedoria e de aprendizado. “Para o Tribunal essa biblioteca já existe há anos, mas nesse momento ela está recebendo uma roupagem nova, um espaço novo e, o mais importante, recebendo um nome, em homenagem a um grande magistrado que foi o desembargador Almeida Silva”, enfatizou.

Autoridades nacionais encerram Jornada Jurídica da PGE em São Luís

PÁG. 4 [C1]

Autoridades nacionais encerram Jornada Jurídica da PGE em SL

Aberta na segunda-feira com o tema “A Conciliação e a Mediação como estratégias para a redução da litigiosidade: o protagonismo do advogado público”, foi encerrada, ontem, no auditório do Palácio La Rocque, a 11ª Edição da Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA). A abertura contou com a presença do governador Flávio Dino e do Procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, e o evento se estendeu até ontem com conferências e debates que reúnem nomes nacionais do cenário jurídico.

De acordo com o governador, uma das funções fundamentais do Estado é prover o sistema de justiça eficiente, e isso cabe ao Poder Judiciário, em larga medida, mas também ao Poder Executivo, “na medida em que órgãos essenciais como a Defensoria Pública e a Procuradoria do Estado integram a estrutura do Poder Executivo.” Para Dino, o caminho para obter essa sintonia é valorizar os

métodos consensuais de solução das controvérsias, que são as mediações, conciliações, os acordos para abreviar a solução dos conflitos sociais.

Rodrigo Maia enfatizou que a Jornada Jurídica é um evento que já está no calendário do estado e da comunidade jurídica como um todo, sobretudo no âmbito do debate de temas que são palpitantes sobre questões que envolvem o Estado e os demais poderes, além do Executivo. “E esse ano vamos falar da mediação e conciliação e as estratégias que a PGE implementa para reduzir o nosso acervo de processos que é muito grande no Brasil como um todo. Nós temos mais de 100 milhões de processos hoje no país, e grande parte deles o poder público é parte. Vamos discutir estratégias para tentar diminuir essa demanda de processos”, pontuou o Procurador Geral. A programação oficial teve início com a palestra ‘A mediação e a conciliação no direito processual civil brasileiro’, proferida pelo

desembargador do Tribunal Regional Federal, Fernando Quadros da Silva. Ainda na noite desta segunda, a “Uniformização de entendimentos jurídicos, solução de controvérsias e redução da litigiosidade. Edição de súmulas” foi debatida pelo palestrante Fábio Victor da Fonte Monnerat (Procurador Federal e Diretor da Escola da AGU – SP).

HOMENAGENS

Como parte integrante da 11ª Edição da Jornada Jurídica, a PGE concedeu a entrega da medalha ‘28 de Novembro’ (Dia do Procurador do Estado do Maranhão), honraria máxima concedida anualmente pelo Conselho Superior da PGE/MA para personalidades que tenham prestado serviços relevantes ao órgão.

Receberam a medalha e o título de ‘Comendador da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão’ o desembargador Jamil Gedeon Neto, os procuradores Marcelo Terto e Silva, Miguel Sales

Pereira Veras e o funcionário da PGE Pedro Turibe Costa Filho. Ontem, no encerramento da Jornada, houve palestras de José Luis Bolzan de Moraes (Procurador do Estado do Rio Grande do Sul e Membro do Grupo de Especialistas para a Reforma da Legislação de Migrações do MJ/SNJ), que falou sobre “A mediação e a conciliação extrajudicial como alternativa viável para a advocacia pública estadual”. Em seguida, o desembargador federal Ney Bello Filho fez palestra sobre “Ações Civis Públicas de Improbidade Administrativa: possibilidade e limites à conciliação” Palestrante: Ney de Barros Bello Filho (Desembargador Federal junto do TRF1 e Professor do Mestrado do IDP).

No encerramento, à noite, Luiz Alberto Gurgel de Faria (Ministro do STJ e Professor do curso de especialização em Direito da UFPE) falou sobre “A Efetivação dos Precedentes como Forma de Redução da Litigiosidade”.

Divulgação



Cleones Cunha diz que empresas de construção são vítimas da corrupção

Ao participar segunda-feira (28) da abertura do seminário “Ética & Compliance para uma Gestão Eficaz”, promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e Sindicato da Indústria da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA), o desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça, numa contundente revelação, disse que as empresas de construção são as maiores vítimas da corrupção política.

PÁG. 4

Construção

Cleones Cunha diz que empresas de construção são vítimas da corrupção

AQUILES EMIR

Ao participar segunda-feira (28) da abertura do seminário “Ética & Compliance para uma Gestão Eficaz”, promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e Sindicato da Indústria da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA), o desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça, numa contundente revelação, disse que as empresas de construção são as maiores vítimas da corrupção política. O desembargador parabenizou as duas entidades pelo evento, pois, acredita, provocará uma grande reflexão dos empresários e das autoridades sobre a importância de se adotar normas legais em todas as atividades.

Ao fazer a declaração em defesa das construtoras, o presidente do Tribunal de Justiça disse que essas empresas começam a sofrer pressão política a partir da licitação das obras, depois são corrompidas pelos encarregados das medições dos trabalhos que executam e por último quando precisam receber pelos serviços prestados. Segundo Cleones Cunha, um dos maiores exemplos do que se passa nas relações das empresas de construção com a classe política é a Operação Lava Jato, que revelou uma extensa lista de deputados, senadores, governadores, ministros etc entre os que recebiam propinas das empreiteiras. Ao se referir à Lava Jato, o desembargador frisou que o nível de corrupção chegou a



Cleones Cunha para Fábio Nahuz: empresários sofrem pressão de corruptos

um nível tão extraordinário que o Brasil inteiro estava ansioso pela lista que a Odebrecht divulgou sobre quem se beneficiou com suas obras. Na lista, aparecem políticos de todas as correntes ideológicas, do PCdoB ao DEM, passando por PSDB, PMDB, PTB etc. Cleones confessou que não sabia o que era compliance, mas depois de receber o convite para participar do evento e estudar o assunto aumentou o interesse de estar presente na abertura do seminário. Segundo a Cbic, o objetivo desses eventos é disseminar “ferramentas disponíveis para fortalecer mecanismos internos de controle, assim como indicar normas de conduta que tornem mais difícil a prática de desvios. Em resumo, trata-se da adoção de práticas baseadas

em condutas legais, éticas nas empresas, seus fornecedores e clientes.

LEGALIDADE

A presidente do Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc), Ana Cláudia Gomes, que representou o presidente da Cbic, José Carlos Martins, observou que a adoção de práticas fundamentadas na ética pode fazer o diferencial num mercado que tem sido afetado por constantes denúncias de desvio de conduta. Segundo ela, as empresas que passarem a adotar normas legais, que estiverem comprometidas com a ética podem ter mais chances de obter sucesso.

Para o presidente do Sinduscon-MA, Fábio Nahuz, a série de seminários que a Cbic vem promovendo em várias cidades

é uma forma de consolidar em todas as empresas a política de ética e compliance, assunto ainda desconhecido por muitos gestores e cujas regras precisam ser adotadas por todos, da alta liderança no segmento aos operários nos canteiros de obras.

“A realização desse seminário em São Luís reforçará o trabalho que o Sinduscon já vem realizando em esclarecer as empresas sobre a importância de adotar uma política de gestão com ética nas suas relações privadas e com o setor público. Nossa expectativa é a melhor possível e a CBIC está de parabéns por essa iniciativa tão importante em manter as empresas da construção civil sempre informadas sobre novas práticas de gestão”, afirmou.

São José dos Basílios

Município tem 100% de recursos do Fundeb bloqueados pela Justiça

Uma decisão assinada pelo juiz Bernardo de Melo Freire, titular da Comarca de Joselândia, determinou o bloqueio de 100% do repasse do Fundeb do Município de São José dos Basílios, termo judiciário da comarca. Consta que em decisão anterior, na qual ficou determinada a retenção de 60% das verbas provenientes do FPM, FUS e Fundeb, não foi suficiente para que os salários fossem colocados em dia, no que pertine ao pessoal ligado à educação. De acordo com a decisão da Justiça, o Ministério Público afirmou que a folha de pagamento do Fundeb é superior aos 60% bloqueados pelo Judiciário, sendo, verdade, correspondente a quase 100% (cem por cento) do valor recebido a título de repasse do Fundeb. Os requeridos são o Município e o Prefeito Francisco Walter de Sousa. No pedido, relata que o Município não teria despesas suficientes relativas a custeio que abarcasse os 40% não bloqueados, ficando

tal verba sem uso mais importante neste momento, o qual seria colocar os salários dos servidores em dia. Ao final, pede o MP a alteração da tutela antecipada concedida no sentido de bloquear 100% das verbas do Fundeb, creditados nas contas pertencentes ao município de São José dos Basílios, a fim de possibilitar o pagamento dos servidores municipais da educação que estão em atraso, tendo em vista que as demais áreas estão com salários em dia. O pedido veio acompanhado da demonstração da insuficiência do bloqueio de 60%. “Através do presente pleito pretende o autor o bloqueio de 100% das contas municipais referentes ao Fundeb, a fim de que seja efetuado o pagamento dos servidores municipais ligados à educação em atraso. Isso porque, nas demais áreas, os salários encontram-se em dia, estando em aberto apenas o mês de Novembro de 2016, o qual ainda não terminou. Percebe-se, portanto,

que apenas quanto aos servidores ligados ao Fundeb subsiste a mora no pagamento dos salários, sendo imprescindível atitude mais drástica do que aquela tomada em decisão desta unidade judicial em 24 de outubro de 2016”, relata o magistrado ao decidir. Para o juiz, restou demonstrada a presença dos requisitos autorizadores da medida cautelar pleiteada, pois, de fato, demonstrado o recebimento de recursos pelo Município de São José dos Basílios relativos aos repasses constitucionais a que faz jus, sendo o valor da folha muito aproximado ao valor total depositado pelo Fundeb. “Ora, não há dúvidas de que a conta não fecha, pois não deveria a folha de pagamento dos servidores da educação ser tão vultosa a ponto de usar todas as verbas e, mesmo assim, não ser suficiente para adimplir os salários”, destacou Bernardo Freire. A Justiça entendeu que os servidores que efetivamente

trabalharam não podem ser responsabilizados pela incompetência administrativa do gestor, o qual inflou a folha de salários além do que comportaria as receitas do município. A decisão enfatiza que, nesses moldes, o bloqueio da conta bancária da Fazenda Pública possui características semelhantes ao sequestro e encontra respaldo no Código de Processo Civil, uma vez tratar-se não de norma taxativa, mas exemplificativa, autorizando o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as medidas assecuratórias para o cumprimento da tutela específica. Em caso de descumprimento injustificado da determinação judicial, o magistrado fixou multa diária no valor de R\$ 5 mil, em regime de solidariedade entre o Município de São José dos Basílios e o prefeito Francisco Walter Sousa, sem prejuízo da configuração de crime de responsabilidade por parte do gestor.

“O princípio da boa-fé objetiva impõe ao fornecedor de serviços o dever de informação e de transparência”.
(Douglas Martins)

Decisão Judicial determina que Banco do Brasil não desative agências no Maranhão

A Justiça Estadual deferiu, nesta terça-feira (29), liminar em ação civil pública movida pelo Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA) contra o fechamento de 13 agências bancárias no Maranhão. A ACP foi protocolada após decisão do Banco do Brasil de que 402 agências e 31 superintendências teriam suas atividades encerradas em todo o país, além de 379 agências serem transformadas em postos de atendimento em todo o país. Na liminar, o juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, em São Luís, determina o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado, abstando-se, ainda, de reduzi-las a postos de atendimento. Os bancos deverão apresentar relatório evidenciando a motivação, os impactos econômicos e a adequação das mudanças ao plano de negócios e à estratégia operacional da instituição, conforme art. 16, Resolução nº 4.072, do Banco Central. Também deverão apontar quais os serviços deixariam de ser prestados nos postos de atendimento e quais continuarão sendo oferecidos, além de informar quais providências estão sendo ou foram tomadas para não gerar impacto negativo aos consumidores e apresentar o quantitativo de funcionários, atendimentos realizados em 2016



Presidente do Procon, Duarte Júnior, protocola ACP contra fechamento de agências do Banco do Brasil

e clientes das agências que serão reestruturadas no Estado. Uma audiência de conciliação também foi marcada para o dia 24 de janeiro, às 10h, quando deverá ser tentado um acordo. Na ACP, o Procon considera que essa prática é abusiva, na medida em que altera unilateralmente a qualidade do contrato firmado entre a instituição financeira e os consumidores. Refere que, em alguns casos, os consumidores correntistas terão que se deslocar para outros municípios a fim de utilizarem os serviços do banco. E que a instalação de postos de atendimento em alguns locais em que serão fechadas agências não supre a falta de prestação de alguns serviços, dentre os quais, a realização de operações ou prestação de serviços financeiros, reiterando que somente neste

ano já aplicou mais de 3 milhões de reais em multas ao Banco do Brasil em decorrência de autuações por violações a direitos dos consumidores. Diante desse anúncio de suspensões do serviço, o Procon reconhece diversas afrontas aos direitos dos consumidores maranhenses. O principal deles diz respeito à alteração unilateral do contrato, ou seja, o descumprimento do serviço essencial por parte da instituição bancária, sem qualquer consulta aos correntistas das agências. Dessa maneira, o fornecedor descumpra o artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor, prejudicando os usuários do serviço. Outro fator que levou ao ingresso da ACP é o “descaso constante da instituição” com os consumidores

demonstrado nos relatórios das fiscalizações realizadas pelo Instituto. Somente de abril a junho de 2016, conforme a ACP, o BB lucrou exatamente R\$ 2,46 bilhões, comprovando que a atual crise por qual passa o país não atingiu as instituições financeiras. Para o presidente do Procon/MA, Duarte Júnior, o Banco do Brasil age de forma paradoxal aos grandes lucros. “Chama-se atenção para o fato de que mesmo com lucros bilionários, o Banco do Brasil prefere fechar agências do que investir na melhoria e humanização do atendimento”. Ao fundamentar a decisão, o magistrado observa que “o princípio da boa-fé objetiva impõe ao fornecedor de serviços o dever de informação e de transparência”. “Desse modo, ainda que se admita a possibilidade de que o réu efetive o fechamento das agências sem prejuízo aos consumidores, deve fornecer amplamente informações a esse respeito e indicar como absorverá a demanda produzida pela falta de outros canais de atendimento”, ressalta Douglas Martins. Para o magistrado, a situação narrada pelo Procon configura, ainda, descumprimento da oferta pelo Banco do Brasil. O Banco ainda pode ser condenado a pagar a quantia de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) em danos morais coletivos.



Com efeito, é fato público e notório que o Banco do Brasil é uma das maiores instituições financeiras do país. A abrangência territorial dos seus serviços é, em grande medida, um dos maiores atrativos para seus clientes. A facilidade no acesso é algo que atrai bastante os consumidores. E isso integra a oferta. O fechamento de agências, sem motivo aparente, configura descumprimento da oferta, nos termos do art. 30 e 35 do Código de Defesa do Consumidor”, afirmou em decisão o juiz Douglas de Melo Martins, que determina que o Banco do Brasil permaneça com o pleno funcionamento de todas as atuais agências no Estado do Maranhão

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blogjornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO

